

Supremo Tribunal Federal

284

Pet 7210

Relator : Min. Edson Fachin

Reqte.(s) : Sob Sigilo

Proc.(a/s)(es) : Sob Sigilo

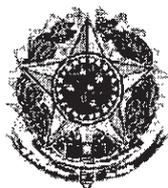
Decisão: 1. O Procurador-Geral da República apresentou Acordo de Colaboração Premiada, celebrado com Lúcio Bolonha Funaro (fls. 16-27), nos termos do art. 4º da Lei 12.850/2013, requerendo sua homologação com base no art. 4º, § 7º, da referida lei.

2. Conforme o requerimento ministerial, em seus termos de depoimento o colaborador narra *“diversos crimes, dentre eles o pagamento de propina a diversos funcionários públicos e parlamentares”* (fl. 4), aduzindo que a avença celebrada tem por finalidade a obtenção de elementos de prova para o *“desvelamento de agentes e partícipes, estrutura hierárquica, divisão de tarefas e crimes praticados pelas organizações criminosas empresariais que operam – ou operaram – no seio de entes e órgãos públicos, inclusive com a participação de agentes políticos”* (fl. 3).

3. Nos termos da inicial, o colaborador manifestou seu interesse em celebrar acordo de colaboração premiada no âmbito de cujas negociações foram mencionadas autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função perante este Supremo Tribunal Federal.

4. Os depoimentos prestados pelo colaborador ao Ministério Público Federal foram divididos em 10 termos, os quais acompanham o requerimento.

5. Deleguei ao Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira, magistrado instrutor deste Gabinete, a oitiva do colaborador, nos termos do que dispõe o art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013.



Supremo Tribunal Federal

285
7

6. Realizada a audiência apenas na presença do advogado constituído, juntaram-se o termo e mídia contendo o registro audiovisual da oitiva do colaborador.

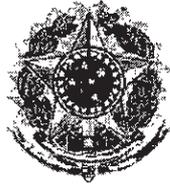
7. Da análise dos depoimentos prestados pelo colaborador Lúcio Bolonha Funaro, cujos termos estão juntados às fls. 28-136, percebe-se a indicação de notícia de fatos, em tese criminosos, praticados por autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função perante este Supremo Tribunal Federal.

8. Competente, portanto, esta Suprema Corte, nos termos do disposto no art. 102, I, b, da Constituição da República, para deliberar sobre a homologação do acordo.

9. Nos termos do que dispõe o art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013, *“realizado o acordo na forma do § 6º, o respectivo termo, acompanhado das declarações do colaborador e de cópia da investigação, será remetido ao juiz para homologação, o qual deverá verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo para este fim, sigilosamente, ouvir o colaborador, na presença de seu defensor”*.

10. Conforme já decidiu o Plenário deste Supremo Tribunal Federal, sem grifos no original, 5. *A homologação judicial do acordo de colaboração, por consistir em exercício de atividade de delibação, limita-se a aferir a regularidade, a voluntariedade e a legalidade do acordo, não havendo qualquer juízo de valor a respeito das declarações do colaborador”* (HC 127.483/PR, Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 26.08.2015). Ademais, como expressamente disposto no art. 4º, § 16, da Lei 12.850/2013, *“nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”*, razão pela qual os depoimentos colhidos em colaboração premiada não são, por si só, meios de prova.

11. Considerando as cláusulas do acordo trazido à homologação, vistas quanto à regularidade e legalidade, não



Supremo Tribunal Federal

depreendo contrariedade com o Texto Constitucional e com as leis processuais penais.

12. O colaborador, ouvido em audiência designada com base no precitado art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013, reafirmou a voluntariedade do acordo na presença de seu advogado, como demonstram o termo e o conteúdo da mídia digital juntados aos autos.

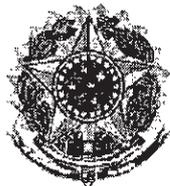
13. Não cabendo ao Poder Judiciário, neste momento, a emissão de qualquer outro juízo quanto ao conteúdo das cláusulas acordadas, conforme assentado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em Questão de Ordem suscitada na Pet 7.074, **homologo** o Acordo de Colaboração Premiada (fls. 16-27), complementado pelos termos de depoimentos das fls. 28-136, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos perante qualquer juízo ou tribunal nacional, nos termos da Lei 12.850/2013.

14. Quanto ao pedido de abertura de conta judicial, considerando a existência de cláusula em que o colaborador se compromete a entregar valores à Justiça, esclarece-se que a normativa de regência se volta categoricamente à “recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas” (art. 4º, IV, da Lei 12.850/2013), disposição que encontra paralelo no Código de Processo Penal (art. 144-A, §§ 3º e 4º) e amparo no art. 26, § 1º, b, da Convenção de Palermo (internalizada pelo Decreto 5.015/2004). Na verdade, está-se diante de transferência que tem caráter voluntário e que visa a resguardar o patrimônio público lesado, pelo que merece deferimento de plano.

Oficie-se à Caixa Econômica Federal, comunicando-se, posteriormente, o Ministério Público Federal, nos termos do item “f” dos requerimentos formulados às fls. 9-10.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, circular flourish with a vertical line extending downwards from the center.

286



287
7

Supremo Tribunal Federal

Remetam-se os autos ao Procurador-Geral da República
pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Brasília, 5 de setembro de 2017.

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes, representing the signature of Edson Fachin.

Ministro **Edson Fachin**

Relator

